

Nós precisamos, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, através da nossa representatividade, buscando atender aos anseios dos trabalhadores e dos cidadãos de bem do estado de São Paulo, trazer a este plenário todos esses PDLs que eu aqui citei. É uma reivindicação justa dos cidadãos no nosso Estado.

Eles estão nas ruas manifestando a sua insatisfação, não é através de um chamamento de políticos; é pelos problemas, pelas dificuldades e necessidades que estão passando na sua rotina de vida, seja nas suas empresas, seja nos seus trabalhos, seja no sustento das suas famílias onde estão com dificuldade de levar comida à mesa para sustentar os seus filhos.

Estão com dificuldade para comprar remédios aos seus pais, aos filhos e a quem fica doente dentro das suas casas. Esses PDLs precisam, em regime de urgência, ser trazidos a esse plenário.

Muito obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado. Sr. Deputado. Próximo deputado é o Coronel Telhada. Não farei uso da palavra. Deputada Leticia Aguiar. Vossa Excelência tem o tempo regimental.

A SRA. LETICIA AGUIAR - PSL - Muito obrigada, Sr. Presidente, nosso querido Coronel Telhada. Boa tarde a todos os colegas presentes, Major Mecca, nossa querida deputada Janaina Paschoal.

Hoje, venho falar com muita alegria de um projeto que apresentei, do qual tenho muito orgulho, que versa sobre um tema que gosto muito de acompanhar. É um tema que decidi apoiar desde quando me coloquei à disposição da vida pública.

O projeto de lei complementar nº 52/2019 - Altera a Lei Complementar nº 1291, de 22 de junho de 2016, que institui a Lei de Ingresso na Polícia Militar do Estado de São Paulo e dá providências correlatas.

O projeto versa, de maneira bem resumida, direta e objetiva, sobre o aumento da idade para ingresso na Polícia Militar. Hoje existe uma limitação. Apenas pessoas com até 30 anos podem ingressar na corporação.

Identificamos - e isso é algo que qualquer um pode constatar, não precisa de pesquisas mais aprofundadas - que a expectativa de vida do brasileiro aumentou, e continua crescendo.

Nós temos uma informação que é importante destacar e compartilhar com vocês: atualmente, o brasileiro alcança a idade de 76 anos. Em 1940 a expectativa de vida do brasileiro era em torno de 40, 45 anos.

Hoje, estamos com a expectativa de vida de 76 anos. O que isso tem a ver com esse projeto? Tudo. Se as pessoas estão vivendo mais e melhor, consequentemente, elas estão mais ativas para viver e trabalhar, produzir para a sociedade.

Conversando com as pessoas quem têm o sonho, a vocação para ser policial militar, elas nos trouxeram essa realidade: “Poxa, deputada, eu passei na prova, no TAF - Teste de Aptidão Física”, que comprova se a pessoa está apta fisicamente ou não para ingressar na nossa gloriosa Polícia Militar.

Porém, ela esbarra no limite de idade. Se estiver com 30, 31 anos, ela não pode mais ingressar. Apresentamos o projeto de lei complementar 52/2019 para que nós possamos alterar a lei e expandir de 30 para 35 anos.

A vocês que nos acompanham pelas redes sociais, esse é um dos projetos que as pessoas mais nos perguntam como está o andamento. Foi apresentado um requerimento de urgência para esse projeto seja pautado pelo plenário da Assembleia Legislativa.

Peço a você que nos acompanha, que tem o sonho de ser policial militar, assim como o nosso presidente, Coronel Telhada, que é da Polícia Militar, o colega Major Mecca, também corporação. Os dois apoiam esse projeto. Estivemos juntos em eventos falando justamente dessa alteração da idade para ingresso da Polícia Militar, que nos ajude a divulgar essa propositura e peça para outros deputados aprovarem essa alteração da idade.

Tenho certeza de que vai causar um impacto muito positivo, não apenas para as pessoas que têm essa vocação e que querem ingressar na Polícia Militar, fazer parte do quadro dessa importante força de Segurança, mas, também, à sociedade.

Mais homens e mulheres estarão nos quadros da Polícia Militar desempenhando um trabalho de segurança para toda a sociedade. Portanto, meus amigos, em especial o Comitê 35 anos, que tem nos apoiado bastante, divulgue essa propositura no Instagram deles, para que possamos somar esforços.

E, para quem quiser ter mais informações e entender os detalhes do projeto de lei complementar nº 52, de 2019, de minha autoria, acesse www.aquietrabalho.com. Lá, você pode acompanhar o nosso trabalho e as proposituras que apresentamos, especialmente, esse projeto. Vamos, juntos, trabalhar para aumentar a idade de ingresso na Polícia Militar.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Obrigado, Sra. Deputada. O próximo deputado é o deputado Carlos Gian-nazi. Vossa Excelência tem o tempo regimental.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, de volta a esta tribuna, queria comentar duas notícias que foram publicadas hoje na grande imprensa que são preocupantes e assustadoras, eu diria tenebrosas, por conta do coronavírus.

A primeira delas é em relação a Araraquara. O prefeito Edinho Silva acabou de dar uma entrevista ao UOL que é preocupante. O Edinho Silva, inclusive, foi deputado estadual aqui na Assembleia Legislativa. Nós conhecemos a seriedade e o engajamento dele em defesa da Saúde Pública, em defesa da sua cidade, sobretudo.

E ele diz o seguinte: a situação lá é tão grave, mas tão grave, que o que está acontecendo em Araraquara, que não é uma cidade pequena, não é uma cidade com poucos recursos, é o prenúncio do que pode acontecer em todo o Brasil e, sobretudo, no estado de São Paulo.

Essa é uma notícia preocupante, porque a situação é grave. Todos nós estamos acompanhando. Tem lockdown na cidade, a cidade está fechada, com toque de recolher. As aulas foram suspensas, enfim, a situação é de calamidade pública. O Brasil inteiro está acompanhando. Hoje, Araraquara virou a nossa Manaus. Esse é um ponto.

O segundo é que o estado do Ceará também entrou em um processo semelhante, inclusive com toque de recolher a partir de hoje. A situação lá se agravou de uma maneira absurda, a contaminação cresce no estado do Ceará, as aulas presenciais foram suspensas. Uma situação de calamidade pública, situação emergencial, lockdown também no estado inteiro do Ceará. Não foi só em Fortaleza, Sr. Presidente.

E me parece que o governo estadual não está entendendo a gravidade da situação, o governo Doria. Ele mantém, através de seu secretário da Educação, o Rossieli, as escolas abertas com as aulas presenciais e nós já temos muitas pessoas contaminadas.

Nesta semana, em que houve a volta às aulas presenciais, já existem notícias de muitas escolas com contaminação e, na verdade, esse processo se iniciou na semana passada, com o planejamento presencial, e isso só tem aumentado.

Temos os números; ontem eu apresentei uma parcial desses números. O próprio secretário reconheceu 740 casos de contaminação em todo o estado de São Paulo, nas redes públicas, do mês de janeiro para cá, por conta desse procedimento, dessa orientação criminosa de abrir as escolas.

E tem outra notícia mais preocupante ainda, mostrando o poder das escolas particulares: essas escolas já estão aumentando para 70% o número de alunos por sala. Não estão só com os 35, estão colocando até 70%, porque o governo Doria liberou, liberou geral em São Paulo, principalmente para as escolas particulares, entrando em choque com a orientação da prefeitura, que diz que são só 35 por cento.

O estado está atropelando a orientação da Prefeitura de São Paulo e autorizando que as escolas particulares trabalhem com 70% dos alunos por sala de aula, para aumentar ainda mais a contaminação, Sr. Presidente. Isso é inadmissível. Então,

esse é o quadro em São Paulo: contaminação aumentando no Brasil e no estado de São Paulo.

A gente fala de Araraquara, mas tem outras cidades também com toque de recolher, principalmente no Vale do Ribeira, que são cidades mais pobres, sem investimentos. Apiaí, Guapiara, Itaoca, Ribeirão Branco, essas cidades estão todas fechadas, na mesma situação de Araraquara, e há outras a que eu não tive acesso ainda. Então a situação é grave.

Então eu faço aqui um apelo ao Sr. Governador para que faça a suspensão imediata das aulas presenciais em todas as escolas do estado de São Paulo, não só da rede estadual, mas também das redes municipais e da rede particular sobretudo, porque ninguém controla mais a rede particular.

Inclusive as diretorias de ensino deram carta branca. Estão orientando as escolas particulares, autorizando que elas coloquem 70% do número de alunos nas salas, Sr. Presidente. Isso é muito grave, e eu faço aqui um apelo. Nós já acionamos o Ministério Público e o Tribunal de Justiça contra a volta às aulas presenciais.

É por isso que nós estamos apoiando as greves dos professores de todo o estado de São Paulo, da rede estadual, da rede municipal aqui em São Paulo e de outras redes que estejam também fazendo a greve em defesa da vida, porque para nós escola fechada significa vida preservada.

Então, eu queria dizer que nós apelamos, mas nós estamos tomando providências também na Justiça contra essa orientação criminosa do governo Doria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Obrigado, deputado. O próximo deputado é o deputado Major Mecca. Vossa Excelência tem o tempo regimental.

O SR. MAJOR MECCA - PSL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Retornamos na data de hoje a esta tribuna para chamar a atenção a um fato corriqueiro no estado de São Paulo. Eu gostaria de que o pessoal soltasse a matéria que foi veiculada hoje na Rede Record, no programa Balanço Geral, agora à tarde, hoje, dia 18 de fevereiro.

- É exibido o vídeo.

Muito obrigado. Os senhores viram, né? O enfermeiro teve duas motos levadas em menos de uma semana. Os senhores acompanharam a matéria. O garupa desembarca - são dois criminosos -, saca uma arma, coloca a vítima de joelhos e leva a moto.

Os senhores, vocês que estão nos assistindo, sabem o que acontece com um policial militar se ele se depara com essa motocicleta com dois criminosos e esse garupa saca arma durante a tentativa de abordagem e atira no policial?

O policial, para defender a própria vida, para manter a segurança e garantir a proteção do povo de São Paulo, efetua o disparo para proteger a própria vida. Os senhores sabem o que acontece com o policial militar? O policial militar é punido.

Em São Paulo, o policial militar que tentar abordar essa dupla de criminosos que em uma semana roubou por duas vezes a mesma vítima, deixou o enfermeiro sem a moto por duas vezes...

Sabem o que acontece, senhoras e senhores deputados, com os nossos soldados da Polícia Militar caso se deparem com esse criminoso? Eles são punidos. Se os nossos policiais militares trocarem tiro com esse criminoso, eles são punidos. É o que acontece hoje no estado de São Paulo.

Olhem e acompanhem, senhores, o absurdo que acontece com a nossa tropa no estado de São Paulo. O desgovernador João Agripino Doria em mais uma das suas mentiras, porque uma das suas promessas de campanha foi que não haveria mais esse tipo de punição aos nossos soldados, não haveria mais as transferências e as mudanças de horário dos nossos policiais que se envolvessem em ocorrência de gravidade. Mais uma vez o senhor mentiu.

O Sr. Secretário da Segurança Pública foi cobrado na Comissão de Segurança Pública aqui nesta Casa. Disse que não sabia disso, e iria verificar.

Sr. Secretário General Campos, estamos aguardando o retorno do senhor até o presente momento, porque os nossos soldados estão sendo punidos, estão sendo transferidos das suas unidades para unidades distantes de onde eles residem.

O policial está tendo o seu horário de trabalho modificado, porque hoje, deputado Carlos Giannazi, deputada Janaina Paschoal, se o soldado não tiver o seu horário de 12 por 36, para que ele possa fazer bico no horário da folga, não é para descansar, não, não é para recompor o seu desgaste físico e psicológico.

Ele precisa do horário de folga para trabalhar, para fazer bico, senão ele não sustenta a família. E a Polícia Militar, a Secretaria de Segurança Pública, de forma covarde, repito aqui, de forma covarde, está punindo os nossos soldados, que estão defendendo o povo nas ruas de São Paulo, trocando tiros com criminosos.

O fato mais recente, os senhores querem saber? Aqui, na área do 12º Batalhão, circunscrição da nossa Casa Legislativa. Há uma semana, uma dupla de policiais da Rocam trocou tiros aqui próximo. Criminosos que praticavam roubo na região. Os policiais foram tirados do 12 por 36, e estão no horário de expediente.

E essa prática é única e exclusivamente para punir o policial, para fazer que o policial não faça frente ao crime e deixe abandonada a população do estado de São Paulo. E como os nossos bravos soldados não largam a sua missão, eles acabam entrando em confronto, enfrentando esses bandidos, esses criminosos. E são punidos.

É por esse motivo que nós estamos coletando assinaturas. E é difícil quem queira, de verdade, apoiar você, soldado, porque é difícil trazer uma CPI que apure essas movimentações e essas punições aos nossos soldados da Polícia Militar em São Paulo.

Mas nós não abandonaremos a trincheira, e vamos em frente, apoiando os nossos policiais. Os senhores não estão sozinhos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Obrigado, Sr. Deputado. O próximo deputado é o deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, de volta a esta tribuna, mais uma vez, na verdade, hoje, meu terceiro pronunciamento, quero fazer um alerta à Assembleia Legislativa e a toda a população do estado de São Paulo.

Já está em curso, no Congresso Nacional, o debate sobre a PEC 186, conhecida como a PEC Emergencial. Essa PEC foi colocada como prioridade pelo governo Bolsonaro, pelo governo Paulo Guedes, e agora também pelo presidente da Câmara e pelo presidente do Senado e, logicamente, dos setores econômicos.

Eles querem aprovar a PEC Emergencial, a PEC 186. O que diz essa PEC? Ela trata da questão da redução dos salários dos servidores públicos do Brasil, dos federais, dos estaduais e dos municipais, com a possibilidade de redução da jornada de trabalho.

Mas tem outras maldades ainda, porque essa PEC suspende, Sr. Presidente, as progressões automáticas, os reajustes salariais e as reestruturações das carreiras dos servidores. É um congelamento jamais visto aos servidores, aos trabalhadores.

E as pessoas pensam: ah, mas vai pegar um setor da elite do funcionalismo. Não. Essa PEC Emergencial do Bolsonaro, do Paulo Guedes e do empresariado brasileiro vai afetar os profissionais da Educação, os profissionais da Saúde pública, do SUS, os profissionais da Segurança Pública; vejam que muitos deputados são da Polícia Militar, da Polícia Civil.

Serão todos afetados, todos esses segmentos, que representam a maioria dos servidores públicos do Brasil.

Então, essa PEC, como se já não bastasse a Lei Complementar 173, que congelou os salários, congelou a progressão

funcional dos servidores, como quinquênio, sexta-parte, licença prêmio, tudo isso foi congelado pela LC 173, do Bolsonaro e do Paulo Guedes, que teve o apoio do PSDB.

O tucanato apoia esse tipo de ajuste. Ai eles se juntam, Doria e Bolsonaro, contra os trabalhadores. Na pauta econômica, eles estão de mãos dadas contra os servidores do Brasil.

O fato é que essa PEC agora vai ser uma prioridade do governo Bolsonaro, do Paulo Guedes, do presidente do Senado e do presidente da Câmara dos Deputados, Sr. Presidente, contra os trabalhadores.

Então, nós temos que fazer uma frente de resistência em todo o Brasil, porque eles querem jogar a conta da crise econômica nas costas dos trabalhadores e das trabalhadoras, ao invés de taxar as grandes fortunas, as grandes heranças, as heranças bilionárias e milionárias.

Não: eles atacam os servidores. Atacarão novamente os professores, as enfermeiras, os médicos, os policiais militares, civis, o pessoal, servidores do sistema prisional; esses servidores serão atacados e, com isso, atacam a prestação de serviços públicos para a população em todo o Brasil.

Então, nós já estamos aí junto com as entidades. Para concluir, Sr. Presidente, eu quero mostrar um vídeo de dois minutos do Sintrajud, que é o Sindicato dos Trabalhadores da Justiça Federal, um vídeo muito pedagógico, mostrando a gravidade da PEC emergencial nº 186. É importante que todos saibam que o Brasil tem que resistir contra esse arrocho.

- É exibido o vídeo.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Não teve. Sr. Presidente, acho que teve um problema de imagem, pelo menos aqui para o telão. Não sei se o telespectador conseguiu assistir o nosso vídeo. Mas ele fica disponível nas nossas redes sociais, do nosso mandato.

Nós faremos uma luta imensa no Brasil, pressionando a Câmara dos Deputados, pressionando o Senado Federal, pressionando o governo Bolsonaro a não aprovar essa PEC emergencial.

Nós já temos a Emenda nº 95, que foi aprovada pelo Temer, com o apoio do PSDB, que já congelou os investimentos por 20 anos nas áreas sociais, sobretudo na Educação, na Saúde, na Segurança Pública e na Assistência Social.

Depois nós tivemos a Emenda nº 173, do Bolsonaro, que foi aprovada também com os votos do PSDB, dos aliados do Doria. E agora essa PEC emergencial é um absurdo, Sr. Presidente.

Mas haverá luta e haverá resistência em defesa dos trabalhadores e das trabalhadoras, e, sobretudo, em defesa dos serviços públicos no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças, eu solicito o levantamento desta sessão.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado, Sr. Deputado. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Obrigado a todos.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 38 minutos.

19 DE FEVEREIRO DE 2021 14ª SESSÃO ORDINÁRIA

<p>Presidência: CORONEL TELHADA e TENENTE NASCIMENTO</p>
--

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - TENENTE NASCIMENTO

Homenageia o Colégio Cruz Azul da Polícia Militar pelo aniversário. Discorre sobre a fundação da unidade. Exibe vídeo exaltando a instituição. Tece elogios às escolas militares de São Paulo.

3 - CARLOS GIANNAZI

Comenta a notificação de 681 casos de Covid-19 em profissionais da Educação nas últimas duas semanas. Alerta para a subnotificação de casos. Considera o governo estadual responsável pelas contaminações. Lembra a suspensão de aulas presenciais em escolas particulares após infecções de alunos e de funcionários. Lista as cidades que entraram em lockdown para contenção do coronavírus. Apoia a greve dos profissionais da Educação contra o retorno presencial às escolas.

4 - TENENTE NASCIMENTO

5 - CORONEL TELHADA

Parabeniza os municípios aniversariantes do dia. Repudia a transferência de policiais da Rota após confronto que resultou na morte de três criminosos. Tece críticas às ações do governador João Doria em relação à Polícia Militar. Discorre sobre suas intenções como Presidente desta Casa. Alega que há especulação imobiliária no terreno do Hospital Infantil Darcy Vargas.

6 - JANAINA PASCHOAL

Declara voto ao deputado Coronel Telhada à Presidência deste Parlamento. Elogia a atuação do parlamentar. Incentiva a composição de uma chapa completa contra a base do Governo. Comenta a candidatura do deputado Major Mecca. Clama pela independência desta Casa.

7 - CORONEL NISHIKAWA

Crítica as manifestações contra parlamentares que apoiaram o PL 529/20. Esclarece que seu voto a favor do texto foi um pedido do Comando-Geral da Polícia Militar, para preservação dos fundos Fepom, Fesie e Caixa Beneficente da PMESP. Exibe vídeo de agradecimento do comandante do Corpo de Bombeiros. Pedê respeito à tribuna. Comenta o envio de emendas parlamentares a hospitais.

8 - CARLOS GIANNAZI

Pede apoio ao PDL 22/20, que revoga decreto que autoriza descontos nos salários de aposentados. Rebate as justificativas do governo estadual para as deduções. Repudia a paralisação do trâmite do texto. Crítica a política de desoneração tributária. Afirma que o estado não teve queda na arrecadação. Lamenta a aprovação da reforma da Previdência estadual.

9 - CARLOS GIANNAZI

Discorre sobre os debates das PECs Emergencial e a do Pacto Federativo, no Congresso Nacional. Tece críticas aos textos. Exibe vídeo da Sintrajud contra as proposituras. Defende a extensão do pagamento do auxílio emergencial. Clama pela mudança de política econômica e taxação de grandes fortunas. Alerta para manifestações contra o governo federal.

10 - CARLOS GIANNAZI

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

11 - PRESIDENTE TENENTE NASCIMENTO

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 22/02, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão. ***

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Coronel Telhada.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Hoje, dia 19 de fevereiro de 2021, sexta-feira, iniciamos o Pequeno Expediente com os seguintes oradores inscritos: deputado Sargento Neri. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Ricardo Mellão. (Pausa.) Deputado Maurici. (Pausa.) Deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputado Rodrigo Gambale. (Pausa.) Deputado Alex de Madureira. (Pausa.) Deputado Adalberto Freitas. (Pausa.) Deputado Tenente Nascimento. Vossa Excelência tem o tempo regimental.

O SR. TENENTE NASCIMENTO - PSL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde a todos, senhoras e senhores, vocês que nos acompanham através da rede Alesp de TV, estão sempre conosco, nossas policiais femininas aqui, cabo Débora, soldado França, através das quais nós cumprimentamos toda nossa gloriosa Polícia Militar, a assessoria, presidente, deputado sempre presente aqui, Coronel Telhada, deputado Coronel Nishikawa, deputada Janaina, Giannazi, que está sempre aí.

Eu venho hoje a esta tribuna fazer uma homenagem a um colégio da Polícia Militar. O Colégio da Polícia Militar completa neste mês, amanhã, dia 20, exatamente 43 anos, colégio da Polícia Militar que nós tínhamos uma unidade na Cruzeiro do Sul, que era para atender os filhos dos policiais militares, aqueles que traziam seus filhos de diversas regiões de São Paulo e estudavam no Colégio da Polícia Militar, através da Cruz Azul, subsídio da Cruz Azul.

Deixavam seus filhos, iam ao trabalho e, depois, muitos deles ficavam esperando no período da tarde ali para seus pais os levarem para casa. Tivemos uma grande demanda, porque cidades de diversas regiões...

E é importante ressaltar que durante um período nós víamos ali, os meus filhos estudaram no Colégio da Polícia Militar, todos os três, e ali, às vezes, nós iamos ao trabalho e pegávamos-los só no final do dia. Então eles ficavam ali no período da tarde aguardando quando a mãe, os pais pudessem buscar.

É importante ressaltar que ali nós sabíamos que estavam bem disciplinada. O nível de ensino é excepcional, tipo escola cívico-militar, com disciplina, educação moral e cívica, cantava-se o hino nacional, os hinos pátrios, todos eles, e assim tinha uma disciplina, e tem até hoje, muito rigorosa.

O que eu venho ressaltar é que o segundo colégio que saiu, que foi na Vila Iralma, nós participamos ali de uma importante ação junto ao Governo do Estado, na época, a Secretaria de Habitação.

Um prédio lá estava desativado e nós, junto com o professor Roger, na época, os professores e toda a direção do Colégio da Polícia Militar e da Cruz Azul, conseguimos abrir a segunda unidade do Colégio da Polícia Militar, que amanhã vai completar 43 anos.

O que eu estou dizendo a vocês é que hoje são 11 unidades, em uma declaração anterior eu disse 14, mas são 11 unidades em todo... Nós temos no estado de São Paulo, na zona leste, interior, ABC e Baixada Santista.

Então são 11 unidades que nós temos do Colégio da Polícia Militar, assim sendo, eu venho aqui parabenizar o Colégio da Polícia Militar, do qual tem formadas muitas pessoas, muitos meninos, muitas comandantes.

Temos um vereador na capital que se formou ali também, que é o Gilberto Nascimento. Então, eu quero que passe um vídeo que fizemos para homenagem ao nosso Colégio da Polícia Militar.

-É exibido o vídeo.

O SR. TENENTE NASCIMENTO - PSL - Fica aqui então a nossa gratidão, nossa homenagem ao Colégio da Polícia Militar. Peço à Presidência que encaminhe para a Cruz Azul e também para o comando da nossa corporação, a Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Muito obrigado, presidente, pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Obrigado, Sr. Deputado. Próximo deputado é o deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi. Vossa Excelência tem o tempo regimental.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Assembleia, estamos aqui atualizando os dados do genocídio da Educação no estado de São Paulo.

Temos aqui já com os dados atualizados, mas levando em conta que é uma subnotificação, depois eu explico o porquê. Nós já temos só na rede estadual de ensino, depois dessa orientação criminosa do governo Doria de volta às aulas presenciais, 681 casos de profissionais da Educação contaminados em 386 escolas.

Subnotificação, porque, na verdade, o governo tenta esconder a tragédia que está ocorrendo nas escolas públicas - e privadas também, mas eu estou falando aqui só da rede estadual.

A situação já não é muito diferente na rede municipal de ensino, que estamos acompanhando também. Mas aqui é uma amostra da gravidade da situação. Seiscentos e oitenta e um servidores da Educação: professores, professoras, agentes de organização escolar, gestores, diretoras de escolas, coordenadoras pedagógicas...

Essas pessoas estão sendo contaminadas pelo coronavírus a partir do momento em que nós tivemos a volta, não só às aulas presenciais, mas sobretudo quando o governo determinou, há duas semanas, o planejamento presencial.

Então, praticamente em duas semanas, nós tivemos 681 pessoas contaminadas na rede estadual. O próprio governo estadual, o próprio Rossieli, o secretário de Educação, reconheceu, há alguns dias, uma contaminação de 741 casos - isso levando em conta todo o estado de São Paulo, incluindo as redes particulares, as redes municipais e mais, logicamente, a rede estadual.

Mas em nosso cálculo, que é feito pela Apeoesp... Nós também temos outros cálculos paralelos, porque as informações chegam ao nosso mandato aqui na Assembleia Legislativa pelas entidades representativas do magistério, e é grave a situação. Muitas delas não são computadas, sem contar que o governo não toma as providências.

Por exemplo: em uma escola particular, quando uma pessoa está contaminada, uma professora ou um aluno, imediatamente a escola suspende as aulas daquele período, daquele turno, ou muitas vezes a escola suspende totalmente as aulas, como vem acontecendo em escolas como o Colégio São Luís, o Colégio Móbile, em Moema, e o Colégio Santa Cruz. Na rede pública, não. O procedimento é outro porque lá estão os alunos pobres, os alunos da classe trabalhadora, e esses são jogados nessa possibilidade de contaminação, de mortes. Então, não há suspensão.

Qual é a orientação da Diretoria de Ensino da Secretaria da Educação? O servidor se afasta, mas não há suspensão das aulas. Não há testagem para saber com quem esse servidor ou esse professor, por exemplo, se relacionou. E a escola segue o seu curso com suas aulas presenciais, colocando em risco a vida e a saúde de toda a comunidade escolar.

Então, é uma atitude criminosa e genocida essa do secretário de Educação e do Doria em manter, mesmo assim, as aulas presenciais e em escolas totalmente sucateadas e degradadas, sem funcionários, sem servidores. E, em um contexto geral, falei aqui de condições internas.